

Francisco Caramelo *

As reflexões de São Tomás de Aquino sobre a embriaguez e as concepções bíblicas acerca do consumo do vinho

São Tomás, filósofo e teólogo do séc. XIII, explora na *Summa Theologica* algumas considerações sobre o consumo do vinho. Numa abordagem teológica e filosófica, esclarece as concepções medievais onde se reflecte uma cultura bíblica que alimenta toda uma teorização de intensas influências aristotélicas. A *Summa Theologica* tem um carácter essencialmente filosófico e, pretendendo pôr cobro à profusão de questões inúteis que bastavam na Teologia, procura conferir uma ordem científica à argumentação. São Tomás concilia a razão e a fé, demonstrando que uma e outra não se devem excluir.

A segunda parte da *Summa Theologica* está muito voltada para a Teologia Moral e concentra-se nos chamados “actos humanos”. São Tomás e os Escolásticos consideravam “actos humanos” apenas aqueles que derivavam deliberadamente da vontade individual. Esta é capaz de agir em liberdade ou de se condicionar. Nesta segunda parte, São Tomás classifica como “actos humanos” os vícios e as virtudes.

É neste contexto que o filósofo analisa as questões suscitadas pelo consumo do vinho, designadamente a moderação e o excesso. Uma das linhas fundamentais da abordagem de Aquino assenta na análise dos efeitos do consumo sobre o comportamento individual. É nesse sentido que se pergunta se a esperança é comum ao jovem e ao ébrio¹. A excessiva confiança e a insensatez perante a adversidade e o perigo parecem ser partilhadas por uns e por outros. Aquino cita Aristóteles com uma passagem onde o filósofo grego afirma que «os jovens são pelo seu carácter inclinados para os desejos e levados a fazer o que desejam».

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.

¹ *The Summa Theologica of Saint Thomas Aquinas*. Translated by Fathers of the English Dominican Province, Revised by Daniel J. Sullivan. Chicago: William Benton, Publisher, Encyclopaedia Britannica, Inc., 1952, I, 2, questão 40, art. 6.

Aliás, Aristóteles concretiza esta analogia entre jovens e ébrios afirmando que são «*confiantes porque ainda não foram muito enganados; tal como as pessoas tomadas pelo vinho, têm um calor que lhes vem da natureza [...]. A maior parte da sua vida é preenchida pela esperança*»².

A cultura bíblica fornece igualmente vários exemplos que demonstram a forma como o consumo do vinho e particularmente a embriaguez alteram o comportamento. Atenemos nesta passagem de Sir. 31, 25-30:

«*Com o vinho não sejas fanfarrão, porque o vinho tem perdido muitos. O fogo põe à prova a dureza do ferro; assim o vinho dará a conhecer o coração dos soberbos. O vinho é como a vida para os homens, se o beberes moderadamente. Que vida é a do homem a quem falta o vinho? Desde o princípio foi criado para dar alegria. Alegria do coração e júbilo da alma é o vinho bebido a seu tempo e moderadamente. O vinho é a amargura da alma, bebido em demasia e na efervescência da paixão. A embriaguez inspira audácia e faz pecar o insensato*». Efectivamente, esta passagem de Ben Sira vem ao encontro da tese de Aquino de que a embriaguez insufla a vã esperança e a excessiva confiança no carácter temerário do indivíduo. O vinho em excesso torna-o afoito e exacerba as paixões.

O livro bíblico dos Provérbios, texto especialmente vocacionado para a avaliação da natureza e do comportamento do homem, detém-se também sobre a perversidade dos efeitos perturbadores do vinho (Pr. 20, 1): «*O vinho torna o homem arrogante; as bebidas fortes incitam-no ao distúrbio*». Também Aristóteles se preocupa com a questão, chamando a atenção para o facto de o vinho conduzir os homens livres a excessos, o que aliás constitui um argumento para que se evite dá-lo a escravos³.

São Tomás levanta uma outra questão paralela⁴: deverá a honestidade ser considerada parte da temperança? O autor pensa que sim e, respondendo à objecção de que o vinho torna os pensamentos honestos e que, por conseguinte, a honestidade é um atributo da intemperança e não da temperança, argumenta que, quando um homem está embriagado, a probidade e a franqueza dos seus pensamentos correspondem antes ao conceito egocêntrico que o indivíduo constrói e reproduz de si. Ainda assim, a tese de Aquino parece ser contrariada pela passagem de Ben Sira já citada: «*o vinho dará a conhecer o coração dos soberbos*». Isto leva-nos a concluir que embora a argumentação de Aquino se alimente no generoso alfofre da cultura bíblica, fá-lo apenas na justa medida em que esta possa ajudar a consolidar as suas teses.

Para Aquino, a temperança deriva essencialmente do bom uso da razão e manifesta-se na moderação dos desejos maliciosos. Para além da passagem de

² *Rhétorique*. Paris : Société d'Édition «Les Belles-Lettres», 1968. Tome deuxième, II (12) [1389 a-b].

³ *Économique*. Trad. André Wartelle. Paris : Société d'Édition «Les Belles-Lettres», 1968, I, 5 [1344a].

⁴ *The Summa Theologica ...*, II, 2, questão 145, art. 4.

As reflexões de São Tomás de Aquino sobre a embriaguez e as concepções bíblicas

Ben Sira, já citada, damo-nos conta de como a moderação é uma ideia explorada intensamente na Bíblia. Em Pr. 23, 29-33, podemos ler: «*Aqueles que se deixam arrastar pelo vinho e fazem sem cessar novas misturas de álcool são os que sentem a miséria e o pesar; que andam sempre em contendas e lamentos; que são feridos sem motivo e têm os olhos vermelhos. Não te deixes tentar pela bela cor do vinho que brilha no copo. Ele bebe-se com agrado, mas depois terás a impressão de teres sido mordido por uma cobra ou por um bicho peçonhento. Verás coisas estranhas e dirás coisas absurdas*». Efectivamente, o consumo do vinho não é, regra geral, censurado no Antigo Testamento e no Novo Testamento. Tanto na passagem de Ben Sira como nesta de Provérbios, torna-se evidente que não se trata de uma condenação do vinho em si, mas antes uma censura da intemperança e do excesso.

São várias as passagens bíblicas que corroboram esta ideia, onde o vinho é exaltado como um produto agradável e descrito positivamente. É o caso de Ecl. 9, 7: «*Anda, come com gosto o teu pão e bebe o teu vinho com alegria, porque Deus está contente com aquilo que tu fizeste*». O vinho constitui assim um prémio para o indivíduo piedoso e fonte de alegria para o homem, como podemos aliás entender da leitura de Ecl. 10, 19: «*Para festejar, faz-se um banquete e bebe-se vinho para dar alegria à vida*». É estreita, todavia, a distância que separa o vinho enquanto fonte de alegria e de prazer do vinho que leva o homem a perder-se, como nos diz Pr. 23, 29-33 e Sir. 31, 25-30, que exacerba as paixões e que o tolda, perturbando-lhe a razão. Torna-se claro que a origem do problema não está no objecto mas antes no sujeito. É sobre este que reside a responsabilidade, uma vez que a moderação e a imoderação dependem da vontade do indivíduo. É a intemperança, esse desvio da razão, que conduz à perda do indivíduo e que não deixa de condicionar o seu progresso e a sua prosperidade. Pr. 21, 17 parece ir nesse sentido: «*Quem se entrega aos prazeres acabará na pobreza; o que ama o vinho e os perfumes não enriquecerá*». Esta passagem confirma a censura social não do vinho, mas do excesso.

O Novo Testamento é igualmente pródigo nos apelos à moderação. Em Lc. 21, 34, podemos ler: «*Não se deixem cair nos exageros do comer e do beber*». Rm. 13, 13 destaca o ideário do cristão: «*Portemo-nos honestamente como pessoas que vivem à luz do dia, não em comezainas e bebedeiras, não em imoralidades e vícios, não em rivalidades e invejas*». Em 1 Pe. 4, 3, renega-se o passado de excessos onde a idolatria e o paganismo surgem associados à intemperança: «*Já basta terem feito no passado o que agrada aos pagãos. Nesse tempo, viveram em devassidão, em maus desejos, na embriaguez, em excessos no comer e no beber e no culto detestável dos falsos deuses*». Ao homem velho, pagão e descomedido, opõe-se agora o novo homem, cristão, moderado.

Algumas passagens do Novo Testamento vão um pouco mais longe, radicali-

zando o discurso moral e social acerca dos comportamentos desviantes em que se inclui a embriaguez. É nesse sentido que parece ir 1 Cor. 5, 11, onde se aconselha o contacto com os «*que se dizem crentes e são imorais, gananciosos, adoradores de falsos deuses, caluniadores, bêbados ou ladrões*». 1 Cor. 6, 10 garante mesmo que não terão lugar no Reino de Deus. Também Gl. 5, 21 partilha esta ideia.

Sem que se censure o consumo do vinho, como já afirmámos, é a sobriedade que é apontada como caminho recto, sobretudo como contraste com a intemperança. Aquino, a propósito da sobriedade, afirma que esta está inequivocamente associada à observância da medida, isto é, dos limites social e moralmente razoáveis. A sobriedade é um tema que colhe a atenção de Aquino, fundamentalmente no que concerne à sua relação com o consumo do álcool. Vê-a como uma derivação da temperança e da determinação do indivíduo⁵.

O consumo imoderado do vinho e a embriaguez são censurados pela cultura bíblica, sobretudo na medida em que o excesso e a consequente ausência de sobriedade possam toldar a razão e alterar a percepção da realidade. Já o havíamos visto em Pr. 23, 29-33. Is. 5, 11-12 dá-nos um outro exemplo dessa incapacidade de perceber a realidade: «*Ai daqueles que se levantam cedo, para logo se embriagarem, e até altas horas da noite se aquecem com o vinho. Embebedam-se ao som das harpas e da lira, dos tamborins e das flautas. Por isso, não reparam nas obras de Deus, nem vêem o que as suas mãos realizam*». A embriaguez turva a própria capacidade do indivíduo para compreender a realidade que o cerca, isto é, tanto as obras divinas quanto as humanas.

Não é apenas no plano individual que se questiona esta incapacidade de entender a realidade, motivada pela ausência de sobriedade. Encontramos outras passagens bíblicas em que se observa uma reprovação colectiva, como é o caso de Os. 4, 11: «*A vida desregrada e as bebedeiras fazem perder o juízo ao meu povo*». Noutro contexto, parece empregar-se o vinho numa dimensão simbólica e metafórica. O Sl. 60, 5, por exemplo, sugere que é Deus quem oferece um vinho que conduz à loucura: «*Fizeste que o teu povo passasse duras provas; deste-nos a beber um vinho que enlouquece*». Também o Sl. 75, 9 parece sugerir o vinho como instrumento da condenação divina: «*Na mão do Senhor há um cálice cheio de vinho forte da sua ira, que ele dá a beber aos malvados da terra*». Jr. 25, 15 oferece-nos uma ideia muito semelhante, a propósito do tema do julgamento das nações onde se incluem Jerusalém e Judá: «*O Senhor Deus de Israel disse-me: "Pega neste cálice, cheio do vinho da minha ira e dá-o a beber a todas as nações a quem eu te enviar. Quando beberem, vacilarão e enlouquecerão, por causa da guerra que mando contra eles"*». Também o livro do Apocalipse apresenta algu-

⁵ *The Summa Theologica...*, II, 2, questão 149, art. 1.

mas passagens de conteúdo e de linguagem similares. É o caso de Ap. 14, 8: «Ao primeiro anjo seguiu-se um segundo que dizia: "Já caiu a grande Babilónia! A que embriagou todas as nações com o vinho do furor da sua imoralidade!"» (cf. Ap. 14, 10 e 16, 19). Todas estas passagens, exceptuando Os. 4, 11, em que a embriaguez parece derivar exclusivamente do livre arbítrio humano, têm em comum a associação simbólica do vinho à condenação divina e, conseqüentemente, à intervenção de Deus na história. O vinho é apresentado como o instrumento de que Deus se serve para julgar e condenar os povos, incluindo Jerusalém.

A censura da imoderação no que concerne ao consumo do vinho ganha contornos ainda mais intensos quando se trata de discutir a responsabilidade de quem toma decisões. Aquino detém-se sobre esta questão, defendendo que a sobriedade se torna premente no caso daqueles que têm responsabilidades. Argumenta que o consumo imoderado do vinho constitui um grande obstáculo ao bom uso da razão e retira daí a ilação de que a sobriedade é especialmente necessária aos velhos, pois são estes que instruem os outros, aos bispos e a todos os ministros da Igreja e aos reis⁶.

É na cultura bíblica que Aquino encontra, certamente, a fundamentação para a sua proposição. Efectivamente, são várias as passagens bíblicas que aludem à moderação como princípio ético que deve caracterizar o comportamento individual, sobretudo o dos responsáveis. Começemos por Pr. 31, 4-5: «Não está bem, Lemuel, que reis e governantes bebam vinho e bebidas fortes; o beber pode levá-los a esquecer a lei e a trair os direitos de todos os infelizes». É também o caso de Ecl. 10, 17: «Feliz o país em que o rei é nobre de nascimento e em que os ministros comem quando devem, para recompor as suas forças e não para se embriagarem». Os. 7, 5 insiste nesta ideia de ser o vinho a causa da má liderança: «No aniversário do rei, por causa das bebedeiras, os chefes colaboram com os agitadores». A responsabilidade social e política devia ser completamente contrária à intemperança.

Esta responsabilidade era também de natureza religiosa, recaindo sobre aqueles cuja liderança espiritual e cultural tinha grande influência sobre a sua comunidade. É nesse sentido que se poderá ler Is. 28, 7, condenando-se a imoderação, aqui alargada a sacerdotes e a profetas: «Vejam como o vinho e as bebidas fortes desnorteiam e fazem cambalear as pessoas: sacerdotes e profetas ficam tontos e cambaleiam por causa delas. As bebidas alcoólicas fazem-nos desnortear, vêem as coisas de maneira confusa e não conseguem falar com clareza». É evidente que esta passagem reflecte também uma leitura teológica institucional em que se condenam os chamados falsos profetas e os sacerdotes, enfim aqueles que represen-

⁶ The Summa Theologica..., II, 2, questão 149, art. 4.

tam na visão bíblica dominante e formal os desvios idólatras. 1 Tm. 3, 3 define o perfil do responsável religioso, do bispo como aquele que dirige e orienta a comunidade: «*Não deve ser pessoa dada ao vinho, nem a levantar conflitos, mas tolerante e calmo*» (cf. também Tt. 1, 7-8).

O apelo à moderação e à sobriedade, sobretudo no caso daqueles que têm responsabilidades sociais, políticas e religiosas, conduz em algum momento ao enunciado de proibição do consumo de vinho? Em Lv. 10, 9, chega-se ao ponto de proibir a Aarão e aos seus filhos o consumo de vinho, mas apenas quando entrassem na tenda do encontro: «*Quando tu e os teus filhos tiverem que entrar na tenda do encontro, não devem beber vinho nem outras bebidas alcoólicas, senão correm o risco de morrer*». Os nazireus constituem um caso especial. Estando consagrados a Deus e condicionados pela observância da promessa, a proibição de consumir álcool revela-se-lhes uma obrigação incontornável. Atentemos no que nos diz Nm. 6, 3-4 acerca deste grupo: «*não deve beber vinho nem outras bebidas alcoólicas, nem deve usar qualquer espécie de vinagre; também não deve beber sumo de uvas nem comer uvas frescas ou passadas. Enquanto durar a sua promessa, não deve provar nenhum produto da videira, nem o vinho, nem sequer as grainhas ou as cascas das uvas*». Também em Jz. 13, 4 e 13, 7 são enunciadas estas prescrições a propósito, desta vez, do nascimento do nazireu Sansão. Lc. 1, 15 declara, referindo-se a João Baptista, provavelmente um nazireu: «*O teu filho será grande diante de Deus. Não beberá vinho nem qualquer bebida alcoólica e quando nascer já virá cheio do Espírito Santo*». Em conclusão, não se regista no Antigo Testamento nem no Novo Testamento a proibição geral e de princípio do consumo de álcool e do vinho em particular. O que se verifica, tanto na Bíblia como em Aquino, é um apelo à moderação, à sobriedade, sobretudo no que concerne aos que têm responsabilidades de liderança.

Aquino introduz, por fim, a problemática do consumo do vinho ser ou não ilegal e constituir ou não pecado. Esclarece que comer ou beber não são nem podem ser em si mesmos actos reprováveis⁷. Esta questão vem ao encontro da prática e do pensamento que assentam não na proibição mas sim na moderação. Daí que discuta não o consumo de vinho mas sim a embriaguez. Explora a questão em dois sentidos⁸. A embriaguez pode ser a consequência do vinho ser muito forte sem que o indivíduo tenha consciência disso. Neste sentido, a embriaguez não decorre do pecado, especialmente se não deriva da negligência individual. Aquino cita, a propósito, Gn. 9, 21-22: «*Noé foi agricultor e o primeiro a cultivar a vinha. Certa ocasião bebeu vinho, ficou bêbedo e despiu-se completamente dentro da sua tenda*». De facto, Noé não conhecia os efeitos do vinho e portanto as

⁷ *The Summa Theologica...*, II, 2, questão 149, art. 3.

⁸ *The Summa Theologica...*, II, 2, questão 150, art. 1.

consequências derivam essencialmente da sua ignorância, não se podendo sequer dizer que houve negligência. Efectivamente, Aquino acrescenta ainda que não é pecado porque o indivíduo não conhece a força do vinho.

Pelo contrário, se a embriaguez resulta da concupiscência, então, nesse caso, será um pecado, que deve ser compreendido no âmbito da gula. Aquino questiona ainda se a embriaguez não será um pecado mortal⁹. Já tinha afirmado que se o indivíduo não tem consciência de que a bebida pode ser imoderada e inebriante, então não é um pecado. Se, por outro lado, o indivíduo sabe que o consumo pode ser imoderado mas não tem consciência de que intoxica, então a embriaguez pode envolver um pecado venial. Se, por fim, ele tem consciência das duas coisas, então é um pecado mortal porque se priva conscientemente da razão.

Na sequência desta argumentação, Aquino discute se a embriaguez desculpa o pecado. Considera a embriaguez como consequência e como acto. Se como consequência afecta a razão, então pode desculpar o pecado, na medida em que leva a que um acto seja involuntário. No entanto, do ponto de vista do acto, Aquino considera uma distinção. Se a embriaguez que resulta do acto não envolve pecado, o pecado subsequente está desculpado. É o caso de Gn. 19, 32-35. Lot fora viver para a montanha com as suas duas filhas. Estas, preocupadas por não terem filhos, resolvem embriagar o pai e dormir com ele. Assim fizeram duas noites seguidas. O pecado de Lot é desculpado porque deriva de um acto precedente de que está também ausente o pecado. Se, pelo contrário, o acto que precede envolve pecado, então o pecado subsequente não é desculpado, pois este é voluntário na medida em que deriva do carácter voluntário do acto precedente.

Em conclusão, Aquino reflecte nas suas teses as concepções bíblicas sobre o consumo do vinho. As linhas essenciais desta argumentação assentam na ideia de que o consumo do vinho em si não é proibido, salvo algumas excepções. O aspecto essencial é o consumo imoderado e consciente do vinho. Aquino preocupa-se em discutir a natureza ilícita da embriaguez e das suas consequências. Assim parece concretizar uma reflexão que vai um pouco mais longe. Ainda assim, teoriza em torno de exemplos que a cultura bíblica oferece. As concepções bíblicas e as teses de Aquino na *Summa Theologica* reflectem uma cultura de aceitação social do vinho, própria do mundo mediterrânico, que remonta à Antiguidade. Aquino reprovava, isso sim, a embriaguez na medida em que esta tolda a razão, aspecto essencial da sua filosofia.

⁹ *The Summa Theologica...*, II, 2, questão 150, art. 2.

